

Juan GRABOIS

O mote, o sujeito e o programa.

Um bom mote deve sintetizar o espírito, as características e o propósito fundamental de quem o adota, quer seja uma pessoa ou um movimento. Pensemos um pouco no mote do Papa Francisco: *Miserando atque eligendo*. Não me vou referir a ele, mas pensemos em todos os elementos que contém: o olhar de Jesus, o espírito de misericórdia, a escolha inesperada, a inclusão de um excluído, a conversão de um pária em discípulo.

O mote terra, teto e trabalho que escolhemos em conjunto com o Papa Francisco sintetiza também um espírito e um propósito. Algo tão humano e simples que poderíamos chamar pré-ideológico e reafirmar coletivamente como um direito sagrado. Poderíamos dizer, talvez, que expressa uma tripla dimensão: as pessoas, as situações, o propósito. Sujeito, circunstâncias, perspectiva.

O aspeto subjetivo fala-nos de três grupos excluídos dos direitos que por inerência correspondem a qualquer ser humano: terra, teto e trabalho em qualidade e quantidade suficientes. São três elementos vitais para o desenvolvimento integral dos seres humanos e dos quais decorrem muitos outros bens sociais necessários à vida.

Os excluídos do teto são, por exemplo, os habitantes dos bairros populares que não têm acesso a uma ligação segura de luz, eletricidade, água e esgotos; que vivem muitas vezes completamente amontoados, sem casas de banho próprias, num contexto de deterioração ambiental ou de violência. São também os inquilinos que para dormir têm de pagar até 50% dos seus rendimentos ou os que são sufocados por hipotecas impagáveis que os colocam permanentemente em risco de despejo. E obviamente, as pessoas que vivem na rua, em edifícios abandonados ou em qualquer vão que podem encontrar nas cidades, em particular as crianças e os idosos.

Os excluídos do trabalho são os não integrados no sistema produtivo clássico, que se encontram em situação de desemprego ou formas marginais de trabalho. Muitos deles inventaram o seu próprio trabalho na economia popular e conseguiram organizar-se comunitariamente. Outros não tiveram essa sorte e são vítimas de situações de exploração, que vão desde o emprego precário ou a informalidade laboral até ao trabalho escravo. Os trabalhadores migrantes são particularmente afetados por esta situação com a agravante de que, além de explorados, correm o risco permanente de expulsão quando têm “a sorte” de não morrer no caminho.

Os excluídos da terra são os povos indígenas, os camponeses, os pequenos produtores, os agricultores familiares e as comunidades rurais, em alguns casos porque não possuem território, noutros porque não têm terras suficientemente produtivas e noutros ainda porque estão permanentemente ameaçados pela especulação imobiliária, o aumento do agronegócio, as diversas formas de contaminação ou modos extrativistas de apropriação do solo. Outros porque o sistema económico central cria condições comerciais que tornam inviáveis as formas de vida e trabalho da família rural, substituindo-as pelos métodos desumanizados das grandes corporações.

Além disso, estes três grupos são os mais vulneráveis à crise ambiental e aos fenômenos climáticos extremos, às situações de violência e guerra, aos abusos de poder e à perseguição de forças estatais e paraestatais. São os descartados da terra que não se resignam à sua situação passiva de vítimas e assumem o destino que o Papa Francisco também descreveu nos seus quatro discursos. Um destino de luta pelos próprios direitos, mas também de salvação coletiva para toda a humanidade.

A situação de injustiça de que são vítimas os nossos companheiros e companheiras deve ser abordada por toda a sociedade, em particular pela liderança política e pelos organismos internacionais.

O **mercado de trabalho** alterou-se profundamente e vai continuar a registar um vertiginoso processo de mudança em resultado das novas tecnologias, modificando de forma extrema, e maioritariamente negativa, a estrutura ocupacional de todos os países.

O **mercado imobiliário** tornou quase impossível para muitas famílias de classe média aceder a uma casa própria e condena permanentemente os mais desfavorecidos a situações de exclusão habitacional graves, sem que existam alternativas públicas ou sociais para enfrentar o problema.

O **extrativismo**, em todas as suas formas, não só causa a deslocação das populações rurais como também danifica gravemente os ecossistemas que as sustentam, afetando tanto as pessoas que habitam territórios antes destinados à produção alimentar em pequena escala, como o conjunto da sociedade.

Todas estas estruturas de injustiça geram violência que, mais tarde ou mais cedo, se manifesta de diversas formas, contribuindo para a instabilidade que as próprias contradições das oligarquias e estados dominantes resolvem com sanções comerciais ou diretamente com guerras criminosas que nunca são travadas no seu próprio território, mas em locais “*proxy*”, em que os países pobres pagam por disputas nas quais nada têm a ganhar.

Nos nossos quatro encontros, os excluídos da terra, do teto e do trabalho abordaram a sua realidade concreta em diálogo com o Papa Francisco, desenhando um “*roadmap*” para resolver os problemas que os afligem. Este *roadmap* é um verdadeiro programa de transformação político-social que, corretamente adaptado às diferentes realidades dos vários países, pode ser aplicado de maneira quase generalizada.

Em primeiro lugar, podemos falar de uma **economia combinada**, em que o setor público, o privado e o popular coexistem, norteados pelo princípio da justiça social que deve ser o fundamento do lema “nenhum trabalhador sem direitos”. Em alguns países, isto pode implicar a instituição de um salário básico universal e de políticas públicas de promoção dos projetos produtivos comunitários na economia popular. Noutros países, serão necessárias respostas de outro tipo. A verdade é que o sector popular-comunitário - que inclui atividades com impacto ecológico, cultural e social; que tem o seu epicentro na preservação e na produção pouco intensiva, a qual deve ser valorizada para além da sua produtividade comercial - terá tendência para absorver aqueles que, por várias razões, sejam excluídos dos processos económicos centrais. Esta transição pode ser positiva, na medida em que as pessoas envolvidas gozem de

reconhecimento, rendimentos e direitos similares aos dos restantes trabalhadores. Será profundamente negativa se for simplesmente um mecanismo de descarte.

Em segundo lugar, trata-se de abordar a **integração socio-urbana** – um conceito que decorre da experiência de Bergoglio como Bispo de Buenos Aires na abordagem à problemática das casas da cidade - que implica a melhoria integral das condições habitacionais dos excluídos para tornar realidade o lema "nenhuma família sem teto", mas respeitando o facto de as nossas cidades serem mosaicos de culturas, em que nenhuma tem o direito de colonizar as outras e "civiliza-las" com arrogância. A tarefa consiste em encontrar uma interação justa entre os diversos sectores da cidade sem deixar ninguém de fora. As obras nas “favelas” devem contemplar as necessidades, desejos e aspirações dos seus habitantes, ser concebidas de forma participativa e ligar a cidade das periferias à cidade formal para evitar a formação de guetos mascarados.

Em terceiro lugar, deseja-se uma **reforma agrária integral** que tenha por objetivo o acesso seguro à terra por parte dos indivíduos pobres da ruralidade, a fim de tornar realidade o lema "nenhum camponês sem terra", bem como uma política séria de desenvolvimento económico para as comunidades rurais que lhes permita a valorização justa da sua produção. A reforma agrária integral implica igualmente um rigoroso cuidado pela natureza e os ecossistemas naturais, que ponha travão à devastação irresponsável derivada de um modelo de agronegócio insustentável que, juntamente com a produção de combustíveis fósseis e a excessiva mineração contaminante, alimenta um sistema de vida de que disfruta – e muitas vezes padece -uma minoria freneticamente consumidora, mas que conduz à destruição do planeta que todos habitamos: ricos, classes médias e pobres.

Está assim definida a questão histórica dos excluídos, as suas principais problemáticas e uma agenda a traços largos para as reformas político-sociais necessárias.

O nosso itinerário é claro: além do **mote** terra, teto e trabalho que lançou no primeiro encontro, o Papa Francisco confiou-nos **três tarefas** muito importantes no segundo encontro.

1. pôr a economia ao serviço dos povos,
2. unir os nossos povos no caminho da paz,
3. cuidar da natureza

No terceiro encontro, deu-nos pistas para abordar a relação entre o social e o político advertindo-nos contra os *riscos de se deixar corromper e se deixar “encaixar”*.

Por último, no quarto encontro, incentivou-nos a usar a **imaginação política** para sair do possibilismo e promover um sistema estruturalmente diferente sem deixar de fomentar propostas concretas como o **salário básico universal** ou a **redução da jornada de trabalho**.

Cimentar o mote lançado no primeiro encontro como bandeira coletiva e consolidar as ideias-força dos encontros posteriores como base para uma conceção comum foi o grande resultado do debate interno entre os movimentos populares em diálogo com o Papa Francisco. Os seus discursos são uma mensagem para toda a humanidade que pega na nossa voz para a ampliar e

validar, com as nossas denúncias e aspirações. É um milagre que isso tenha acontecido. Creio que devemos estar muito gratos.

É evidente que as mudanças sociais não dependem do Papa. Dependem fundamentalmente de nós e dos restantes oprimidos. Os contributos do Papa, juntamente com os seus outros documentos, são um material de estudo imprescindível para todos os ativistas e simpatizantes dos movimentos populares - sejam eles católicos ou não - porque o pensamento social de Francisco, pelo menos para mim, é revolucionário, tal como a nossa fé em Jesus. É, sem dúvida, a melhor escola de formação humanista em termos éticos, filosóficos e políticos do nosso tempo.

Dez anos depois do primeiro encontro, a comissão organizadora decidiu passar a pasta a uma nova geração de dirigentes para que continuem e revitalizem a nossa tarefa na consolidação de uma rede de movimentos populares por terra, teto e trabalho em diálogo com o Papa Francisco, que promova uma ação de incidência internacional em favor destes direitos, com o apoio do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, as Conferências Episcopais Regionais e as Igrejas Locais. Pretendemos aplicar o sábio ensinamento do Papa Francisco: "é melhor iniciar processos do que ocupar espaços". Deixamos-vos um livro sobre "Os Encontros dos Movimentos Populares e o Nosso Pensamento Social" como material consolidado de consulta.

Espero que a nova comissão organizadora, em conjunto com o comité executivo e o Dicastério, possam elaborar um plano estratégico plurianual nos próximos meses, tendo em conta que já existe uma base conceptual suficiente para agir sem necessidade de repetir os encontros presenciais que são dispendiosos e que, no caso se repetirem com demasiada frequência, podem afastar os dirigentes das suas bases e convertê-los em militantes de aeroporto. Espero que consigam realizar o que nós não pudemos: dar continuidade à articulação entre encontros, conceber um sistema de comunicação externa e interna adequado, utilizar o espaço para influenciar as políticas públicas em todas as regiões do planeta, contribuir com a experiência dos movimentos mais consolidados para o desenvolvimento dos mais incipientes, sistematizar as boas práticas em termos de cogestão de projetos, etc.

Estou certo de que contarão com o apoio do Papa Francisco. Agradeço a todos a confiança demonstrada durante estes anos, saúdo com carinho os meus companheiros da comissão organizadora inicial, o anterior Prefeito da Comissão Justiça e Paz Peter Turkson que assumiu o desafio até 2013, Marcelo Sanchez Sorondo que sempre nos ajudou no âmbito da Pontifícia Academia de Ciências e o atual Prefeito, o meu amigo Michael Czerny, que esteve sempre na primeira linha da organização desde os momentos iniciais.

Agradeço obviamente ao Papa Francisco pelo seu apoio permanente aos movimentos populares e à luta por terra, teto e trabalho, pelos seus ensinamentos sobre a natureza humana e os seus desafios socioambientais... e pela sua coragem para escolher os humildes num mundo de poderosos, ajudar os que levantam as suas bandeiras, assumindo os respetivos custos, e por nunca se atraíçoar a si mesmo.

Sempre à disposição para o que for necessário, desejo-vos os maiores sucessos.

